

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

PROJETO DE LEI Nº 108 /2025

Institui a temática do empreendedorismo na rede

municipal de ensino, de forma transversal aos

conteúdos, com foco na promoção da cultura

empreendedora, nos termos do art. 26, caput e § 7º da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei

nº 9.394/1996)

O Prefeito de Itaituba, estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, faz saber

que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino, a temática do

empreendedorismo como conteúdo transversal, com foco na promoção e

desenvolvimento da Cultura Empreendedora em todas as instituições de ensino que

integram a rede municipal de ensino, tendo como base:

§ 1º - Tratar a temática do empreendedorismo como transversal aos conteúdos em

todos os níveis de ensino municipal;

§ 2º - Viabilizar a formação e a capacitação dos professores da rede de ensino

municipal;

§ 3º - Apoiar ações que desenvolvam as competências empreendedoras nos alunos

Art. 2° - As instituições de ensino da rede de ensino municipal incluirão em seus

currículos conteúdos e atividades relativas ao tema de empreendedorismo no projeto

pedagógico e no plano escolar, para a realização de práticas empreendedoras no

processo de ensino aprendizagem.

§ 1º - Entende-se por prática empreendera ou projeto empreendedor iniciativa (s) ou

experiência (s) educacional (s) e de fácil replicação que acontece (m) dentro e fora da

sala de aula e que tem como objetivo inspirar; proporcionar novas oportunidades para

os estudantes se envolverem com o empreendedorismo; capacitá-los a resolver

problemas e criar valor; causar impacto em suas vidas, na instituição de ensino a qual

pertencem e na comunidade na qual estão inseridos



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ

## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

- § 2º A prática de educação de empreendedora pode ser encontrada em disciplinas, técnicas de ensino, materiais didáticos, pesquisas, projetos interdisciplinares, atividades extracurriculares, eventos culturais, feiras, programas de tutoria e mentoria, entre outros.
- § 3 ° O disposto neste artigo compreende atividades de caráter curricular ou extracurricular voltadas aos alunos das escolas públicas e privadas do município.
- **Art. 3º** Entende-se por Empreendedorismo o aprendizado pessoal que impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, capacita para a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida.
- **Art.** 4º Entende-se por Cultura Empreendedora nas instituições de ensino como a internalização de comportamento e atitude empreendedoras de alunos professores responsáveis pelo seu próprio futuro e das comunidades em que vivem.
- **Art.** 5º Compete à Secretaria Municipal da Educação oferecer as orientações necessárias aos professores para o desenvolvimento do tema em sala de aula, bem como monitorar, acompanhar e disseminar as atividades realizadas na rede de ensino, objetivando:
- §1 ° Promover e disseminar a Cultura Empreendedora das instituições da rede de ensino municipal:
- § 2º Proporcionar condições necessárias para a realização das atividades e ações de desenvolvimento a cultura empreendedora;
- § 3º Capacitar professores em técnicas pedagógicas que possibilitam ao aluno desenvolver competências empreendedoras
- **Art.** 6º Para a consecução dos objetivos previstos nesta lei, poderão ser celebrados convênios e parcerias com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e entidades da sociedade civil organizada pública ou privadas.

Parágrafo único. Os projetos de convênios e parcerias referentes a este artigo também poderão assumir na forma de fornecimento de capacitação de alunos e professores, concessão de bolsas de estudo, publicações de materiais e outras ações que o poder público municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

Art.7º - Para o desenvolvimento da Cultura empreendedora, as escolas da rede de ensino municipal deverão:



## CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

- I Estimular a autonomia e o protagonismo dos alunos:
- II Aproximar a comunidade com o ambiente escolar ao disseminar e multiplicar os conhecimentos dos programas para o desenvolvimento econômico e social da região
- III Possibilitar que o próprio aluno transfira as práticas empreendedoras aprendidas para a família, apresentando novas alternativas para gerar renda;
- IV Desenvolver habilidades e competências para que o aluno possa se tornar protagonista de sua vida, assumindo postura empreendedora frente à comunidade e ao mercado de trabalho:
- V Possibilitar aos professores o desenvolvimento profissional por meio de técnicas e ferramentas de aprendizagem inovadoras, estimulando seu crescimento como sujeito social:
- VI Estimular a interação entre alunos, professores e comunidade, tornando-se espaço estimulador do desenvolvimento local;
- VII Desenvolver nos alunos habilidades para definir processos de solução de problemas.
- Art. 8º Fica sob a responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação, regulamentar e implementar ações pedagógicas que efetivamente garantam a inserção da Cultura Empreendedora nas atividades e/ou programas que compõem o currículo do Ensino nas suas diversas modalidades em que atue
- Art. 9º As despesas oriundas da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
- Art. 10 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário da Câmara Municipal De Itaituba, "Carlos Roberto Cabral Furtado", 09 de junho de 2025.

> ADRIANO DE AGUIAR COUTINHO:8199791 Dados: 2025.06.09

Assinado de forma digital por ADRIANO DE AGUIAR COUTINHO:81997914204 10:51:34 -03'00'

Adriano de Aguiar Coutinho Vereador REPUBLICANOS

E-mail: camaradeitaituba@outlook.com Site: www.itaituba.pa.leg.br

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

**JUSTIFICAÇÃO** 

O vereador Adriano Coutinho, com assento nesta Casa Legislativa, vem

apresentar para deliberação plenária o presente Projeto de Lei que "Institui a

temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, de forma

transversal aos conteúdos, com foco na promoção da cultura empreendedora.

A proposta não interfere na autonomia pedagógica dos estabelecimentos

de ensino nem impõe conteúdos obrigatórios, estando em plena consonância

com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996),

especialmente com o disposto no art. 26, caput e § 7°, que assim estabelece:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino

fundamental e do ensino médio devem ter base nacional

comum, a ser complementada, em cada sistema de

ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte

diversificada, exigida pelas características regionais e

locais da sociedade, da cultura, da economia e dos

educandos.

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério

dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo

temas transversais que componham os currículos de que

trata o caput deste artigo.

Dessa forma, o projeto respeita os parâmetros estabelecidos pela

legislação educacional vigente, ao apenas sugerir e estimular a inserção do

empreendedorismo como tema transversal - isto é, como parte da

complementação diversificada dos currículos escolares.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ESTADO DO PARÁ CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

Ademais, a medida atende aos interesses locais da sociedade e da economia, considerando o contexto regional que exige dos jovens não apenas conhecimentos teóricos, mas também iniciativa, autonomia, criatividade e visão empreendedora para enfrentar os desafios do século XXI.

Cabe destacar que o município vizinho de Novo Progresso já aprovou legislação semelhante, por meio da Lei nº 724/2024, o que demonstra a viabilidade jurídica e pedagógica da proposta, além de servir como referência positiva e alinhada às tendências educacionais contemporâneas.

Por fim, cabe registrar que esta proposição não impõe conteúdos. metodologias ou materiais didáticos, respeitando a competência do Poder Executivo e da Secretaria Municipal de Educação quanto à implementação, observadas as particularidades de cada escola e o projeto político-pedagógico de cada unidade de ensino.

Diante disso, submeto a presente proposição contando desde logo com o apoio dos nobres pares. Registre-se que este Projeto está no âmbito da competência de interesse local e os Tribunais de Justiça e tribunais superiores já assentaram que projetos dessa natureza são constitucionais.

> ADRIANO DE AGUIAR

14204

Assinado de forma digital por ADRIANO DE AGUIAR COUTINHO:81997914204 COUTINHO:819979 Dados: 2025.06.09 10:54:16 -03'00'

Adriano de Aguiar Coutinho

Vereador **REPUBLICANOS**